



www.mulheresindigenas.org

Este livro vai ser ótimo para a gente porque ainda não vimos um livro das histórias das mulheres indígenas... Ele vai chegar nas mulheres... Vai abrir as ideias... Vai ser uma boca aberta para o mundo e o Brasil conhecerem nós, mulheres indígenas.

Xahey Pataxó



THYDÊWÁ
www.thydewa.org

SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES



Secretaria de
Políticas para
as Mulheres



Pelas Mulheres Indígenas

Pelas

Mulheres

Indígenas



ÍNDIOS NA VISÃO DOS ÍNDIOS

Apresenta

Pelas Mulheres Indígenas

Das Comunidades:

Kariri-Xocó

Pankararu

Pataxó Hãhãhãe

Pataxó de Barra Velha

Pataxó de Dois Irmãos

Tupinambá de Olivença

Xokó

Karapotó Plaki-ô



THYDÊWÁ

2015

As oito comunidades participantes do projeto *Pelas Mulheres Indígenas* são as verdadeiras autoras deste livro. Agradecemos e parabenizamos a todas as indígenas que escreveram, desenharam, tiraram fotos ou foram fotografadas, entrevistaram ou foram entrevistadas.

Destacamos o protagonismo e a responsabilidade de:

Willma Yãnami e Bruna de Souza Ramos (Karapotó Plaki-ô/AL)
Laura Kayane e Itamy (Kariri-Xocó/AL)
Maria da Ajuda dos Santos - Arian Pataxó, Suely e Araruana (Pataxó Dois Irmãos/BA)
Xahey e Marleane Braz Alves dos Santos (Pataxó Barra Velha/BA)
Jurema e Lurdes (Tupinambá/BA)
Maria Rita Muniz e Maria de Fátima Muniz (Pataxó Hãhãhãe/BA)
Karine Santos e Edriene dos Santos Souza (Xokó/SE)
Katerine Freire de Oliveira e Luciene Maria Da Silva (Pankararu/PE)

Este é 22º título da coleção **ÍNDIOS NA VISÃO DOS ÍNDIOS**.

Editores/organizadores deste título: Joana Brandão Tavares, Potyra Tê Tupinambá e Sebastián Gerlic
Assessoria Jurídica: Dra. Ivana Cardoso de Jesus (Potyra Tê Tupinambá)
Assessoria Psicológica: Maria Cristina Vila
Arte e Finalização: Helder C. Jr.
Equipe criativa de Montagem: Nynhã Gwarini, Gessy, Amatiry, Irãny, e Lemuel Tupinambá
Ilustrações: Irãny e Potyra Tê Tupinambá

Colaboradores: Alexsandro Mesquita, Fernanda Martins, Maria das Dores de Oliveira - Maria Pankararu, Gabriela Saraiva de Melo, Maya Pataxó Hãhãhãe, Ítala Xokó e Nhenety Kariri-Xocó

Agradecimentos: Sília Moan, Laila Sandroni, Bruno Tarin, Jaborandy Tupinambá

Para maiores informações, acesse: www.mulheresindigenas.org

Quem quiser usar conteúdos deste livro, com fins educacionais, através de trechos, ou copiá-lo na sua íntegra, sintá-se à vontade! Aproveite ao máximo sua criatividade e some na valorização das mulheres indígenas. Se fizer uso do conteúdo deste livro, você deverá manter esta mesma licença. Lembre-se de citar o nome completo do livro e dar os créditos à/às autora/s. Compartilhe conosco a sua versão! Ficaremos felizes de conhecer o resultado do seu trabalho.

Compartilhe com as mulheres indígenas na **Comunidade Colaborativa**:
www.mulheresindigenas.org/comunidade-colaborativa

Para qualquer atividade com fins comerciais, você deverá fazer uma solicitação prévia através do e-mail: contatos@thydewa.org

Não permitimos nenhum tipo de uso para empresas que desrespeitam a Mãe Natureza.

Convênios:

Projeto: PELAS MULHERES INDÍGENAS
SPM-PR (Convênio 045/20132)

Projeto: PELAS MULHERES INDÍGENAS
SPM-BA (Convênio 023/2013)



ISBN: 978-85-901957-7-1





Naiane Silva de Jesus
Pataxó Aldeia Dois Irmãos

*Somos guerreiras
somos mulheres
e, acima de tudo,
capazes de construir sonhos.
Pois somos filhas da terra
lutamos, choramos
mas, acima de tudo, vencemos.
Somos fortes e capazes.*



Por Lucicleide Kariri-xocó

Este livro é um convite a todas as mulheres para pensarem sobre o sentido de ser mulher em uma sociedade patriarcal. É um livro para todas nós e todos nós sentirmos sobre a importância de termos um mundo onde as mulheres sejam respeitadas e reconhecidas em seu valor, sua singularidade e sua força.

É um livro feito pelas mulheres indígenas, contando as histórias de seus povos e de muitas delas. Esperamos que ele semeie uma nova esperança dentro do coração de todas as mulheres indígenas. A esperança por um mundo justo, harmonioso e amoroso. Um mundo onde os direitos das mulheres indígenas sejam respeitados e em que elas possam realizar seus sonhos, viver com liberdade e dignidade.

O livro é um dos resultados do projeto Pelas Mulheres Indígenas, idealizado pela ONG Thydêwá, contando com a parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia, para juntos cuidarem de um processo de 18 meses de fortalecimento das mulheres indígenas, com cinco encontros presenciais e aprendizado a distância. O projeto visa a conscientização sobre os direitos das mulheres e empoderamento das mulheres indígenas.

Neste título se encontram dois tipos de conteúdos: nas páginas brancas com fotos coloridas, estão relatos e histórias de vida inspiradoras; nas páginas rosas com desenho, está a Cartilha contra Violência, que tem a finalidade de alertar para o problema da violência conjugal e fornecer informações para apoiar mulheres que estão em situação de violência.

Em solidariedade,
ONG Thydêwá

Eu consegui

Uma vez, conheci um rapaz na porta da escola. Ele ficava assobiando para mim. Depois de certo tempo, eu falei para minha mãe que eu tinha conhecido um rapaz. Minha mãe disse: “Araruana, vai estudar!”. Não lhe escutei e comecei a namorar esse rapaz. Eu estava na quarta série, então, parei de estudar. Minha mãe viu que ele não era da cidade, ficou com pena e colocou ele para morar dentro da nossa casa.

Nessa época, minha mãe estava grávida do meu irmão caçula. Enquanto a parteira fazia o parto da minha mãe, eu perdia a virgindade. Eu consenti. Uma semana depois, ele fugiu de casa e me largou encubada (grávida). Nessa época, as moças não podiam ficar encubadas, elas tinham que casar. Eu tinha 10 anos. Fiquei grávida já nessa primeira relação. Tive meu primeiro filho antes dos 12 anos e o segundo antes dos 13 anos. Depois que tivemos o terceiro filho, ele se tornou violento e começou a me agredir.


Fiz uma denúncia na polícia. Eles aconselharam minha mãe a arrumar um dinheiro para eu ir embora. Deixei meus filhos com minha mãe e fui embora para Vitória, mas ele sempre conseguia me achar e pedia perdão, dizia que não iria fazer mais aquilo. Eu o perdoava por causa dos meus filhos. Fui embora para Vitória umas quatro vezes e, todas as vezes, ele me

achava e falava que não iria fazer mais aquilo. Em uma dessas vezes, ele me bateu e a cada pancada ele me tirava um dente. Um dia ele pegou uma faca de mesa e enfiou a metade na minha costela. Ele também feriu minhas partes íntimas... Até hoje, lembro-me do mal que ele me fez.

Quando eu tinha 17 anos, minha mãe juntou um dinheiro e eu pude viajar para o Rio de Janeiro. Lá, não conhecia ninguém. Perto da rodoviária, tinha um viaduto, onde os mendigos viviam. Dormia em uma caixa de papelão, entre dois mendigos que cuidavam de mim. Com nojo de comer resto de comida, fiquei 22 dias sem comer. Desmaiei de fome e acordei no hospital. O filho do gerente do hospital me deu banho e perguntou minha história. Ele falou que eu só sairia dali depois que arrumasse um canto para ficar e um emprego. Como eu estava assustada, fugi do hospital. Fui parar na mesma ponte e novamente passei mal e fui levada ao mesmo hospital. Dessa vez, o gerente me vigiou e só saí para trabalhar na casa de uma família que cuidou de mim e me ajudou muito.

Tive a oportunidade de voltar à minha aldeia. Conheci um índio que é um homem maravilhoso. Hoje, sou casada com ele. Quero deixar um recado para as mulheres: Não se deixe ser agredida por seu marido. Denuncie, hoje temos a lei Maria da Penha!

Araruana Pataxó



"Eu tive coragem de contar minha história para dar força para as mulheres que sofrem violência."

Jacialva (Araruana) Pataxó

Vida renovada

Comecei a trabalhar com 13 anos na usina cortando cana-de-açúcar. Sem um lugar certo para morar, andava de um lugar para outro à procura de serviço para não passar fome. Com 25 anos, voltei para aldeia Karapotó Plaki-ô. Vivi com um homem e tive meu primeiro filho com 28 anos. Então, comecei a trabalhar batendo tijolo para sustentar meu filho. Daí meu marido passou a brigar direto comigo e nos separamos. Depois, tive um outro relacionamento e, quando eu estava com 30 anos, nasceu meu segundo filho.



Fui abandonada quando meu filho tinha apenas sete meses. Então, para dar comida ao meu filho, comecei a plantar feijão, milho, mandioca e criar galinhas. Daí minha vida melhorou e não faltou mais nada em casa e tive uma nova vida. Ainda tenho um sonho para ser realizado que é ter minha casa de tijolo, pois moro em uma casa de taipa e quando chove a água invade. Com fé em Deus conseguirei um dia.

*Zenaide Karapotó Plaki-ô
Entrevistada por Wilma Yãami*



Dona Zenaide em frente à sua casa de taipa

Cartilha contra Violência

Querida Mulher,

As páginas rosas deste livro compõem a Cartilha contra Violência, que contém depoimentos e informações para ajudar mulheres que sofrem algum tipo de violência conjugal.

Observamos que, normalmente, as mulheres não recebem nenhuma orientação sobre as violências que enfrentam. Por isso uma Cartilha como esta é tão importante.

Com ela, queremos assumir o compromisso de educar nossas filhas, nossas irmãs, nossas amigas e também toda a sociedade sobre a gravidade deste problema.

É importante aprendermos a reconhecer as situações perigosas e, em especial, aprendermos a nos prevenir de entrar em relações violentas. Dentro desta cartilha, encontrarás apoio e orientação. Esperamos que estas informações venham a trazer compreensão sobre o que fazer, e fortalecer as mulheres que precisam se libertar de uma relação violenta.

Para fazermos esta cartilha contamos com a participação de muitas mulheres. Aqui se encontram depoimentos partilhados como anônimos justamente para protegê-las. Queremos agradecer especialmente a todas as mulheres indígenas que compartilharam conosco a violência que sofreram ou que ainda sofrem. Gratidão por partilharem suas histórias e sentimentos.

Nesta cartilha, há muitos testemunhos, há dor transformada em aprendizagem. Há também muitas narrativas exemplares, muitas partilhas de vitórias de vida.

Parabéns para todas e boa leitura!

Em gratidão,

*Potyra Tê Tupinambá, Joana Brandão,
Maria Cristina Vila, Fernanda Martins e Sebastián Gerlic.*



Tipos de Violência contra a mulher

Violência Física:

Tapas, empurrões, chutes, bofetadas, tentativa de asfixia, ameaça com faca, tentativa de homicídios, puxões de cabelo, beliscões, mordidas, queimaduras e outras formas de ferir sua integridade física, ou seja, qualquer conduta que ofenda sua integridade física ou saúde corporal.

Violência Psicológica:

É qualquer conduta que te traga danos emocionais, diminua sua autoestima ou que controle suas ações. São as humilhações, ameaças de agressão, privação de liberdade, impedir que você estude ou trabalhe, vigilância constante, chantagem, destruir propositalmente seus objetos queridos, maltratar seus animais de estimação, danos ou ameaças a pessoas queridas, impedimento de contato com sua família e amigos.

“Moro com ele há 9 anos aqui na comunidade, sofro demais com ele, pois ele me bate todos os dias da semana.”

(Violência Física)

“Casei com 13 anos e tive meu primeiro filho com 15 anos. Sofri muito, pois meu companheiro não dava conta de suas obrigações dentro de casa, me espancava, deixava eu passar fome com meus filhos. Quando tinha, às vezes, tinha que dividir com eles e acabava ficando sem nada. E, para completar, tinha que aguentar vê-lo sair com outras mulheres. Mesmo assim, consegui conviver 11 anos com ele, pois naquela época mulher separada era uma ofensa para os pais, isto nos obrigava a viver em uma vida triste.”

(Violência Física e Psicológica)

“Ainda me lembro das palavras dele como se fosse agora: - Se você chamar a polícia para mim, eu mato você e sua irmã.”

(Violência Física e Psicológica)

“Cala a boca senão eu meto a mão na tua cara”

(Violência Psicológica)

“Sofro por apanhar, por ter que dormir com ele todos os dias. Tenho nojo dele.”

“Quando fiquei grávida, começou o meu suplício. Ele nunca me bateu porque tinha medo de ir preso, mas, para me torturar, ele foi capaz de estuprar minha irmã e me agredia com palavras. A minha vida era um verdadeiro inferno”

(Violência Sexual e Física)

“O meu ex-marido falava que eu tinha que vender uma área que minha mãe tinha deixado de herança. Por muitos anos, ele se queixou da venda da terra. Depois que ele gastou meu dinheiro, ele ficava me mandando ir embora.

Eu me submetia a ele, tinha medo, costurava para as pessoas e o dinheiro que recebia tinha que esconder, senão ele gastava com bebida.”

(Violência Patrimonial)

“Tudo que ele falava era mentira. Ele vivia falando que eu deitava com outros homens. Ele me chamava de vagabunda. Ele falava isso para mim e fazia questão de falar isso para todos seus amigos e para nossos vizinhos também.”

(Violência Moral - Difamação)

Violência Sexual:

Usar expressões verbais ou corporais que não são do seu agrado, toques e carícias não desejadas, exibicionismo e voyeurismo (ter prazer sexual através da observação de uma pessoa, muitas vezes sem que esta tenha conhecimento de estar sendo observada), forçar a mulher se prostituir, forçar a mulher a participar de pornografia.

Violência Patrimonial:

Destruição, venda ou furto de seus objetos particulares ou seus instrumentos de trabalho, destruição de seus documentos ou de seus filhos, venda, aluguel ou doação de imóvel que pertence à mulher ou ao casal sem a sua autorização.

Violência Moral:

Calúnia, Difamação, Injúria

Calúnia – Ocorre quando alguém te acusa de ter praticado um fato que a lei define como crime, sem que você tenha cometido crime algum.

Difamação – Ocorre quando alguém ofende sua reputação fazendo comentários que visam te difamar.

Injúria – Ocorre quando alguém ofende sua dignidade, normalmente proferindo ofensas verbais (xingamentos).

Um novo olhar

Meu nome é Elionai. Aos sete anos de idade fui morar com minha tia em um assentamento do INCRA, porque onde a gente morava não tinha escola para estudar. Aos 11 anos fugi de casa e fui morar com um rapaz.

Com ele, tive um filho aos 13 anos. Nosso relacionamento não deu certo. Retornei para a casa de meus pais e, ao me deparar com a necessidade da minha família, tive que mais uma vez sair de casa e ir trabalhar fora, pois não tínhamos terra e o que plantávamos não conseguíamos vender porque tudo era muito longe.



Professora Elionai

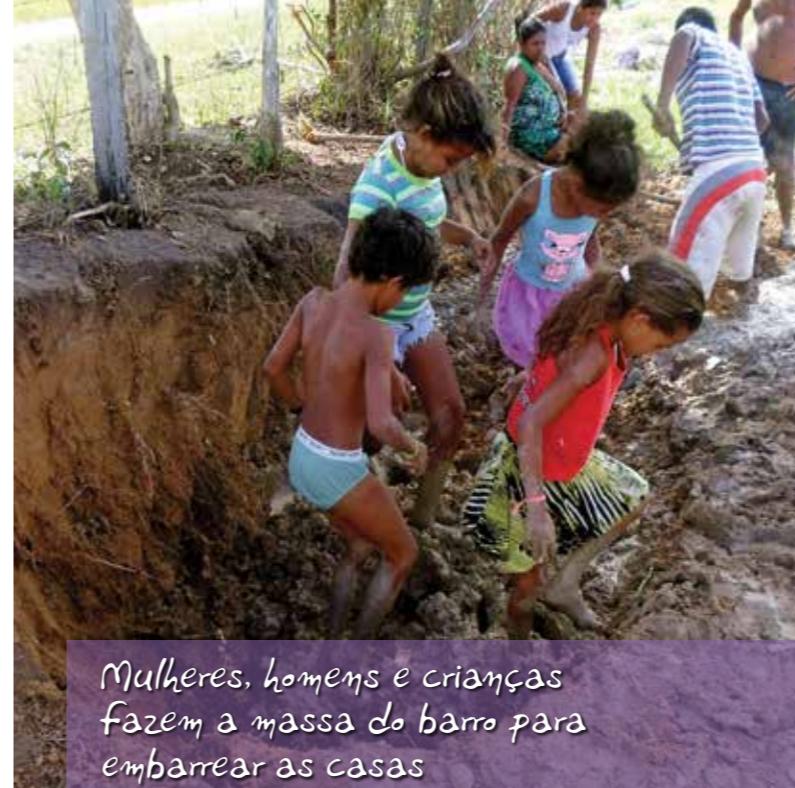
Fora da minha aldeia me sentia perdida. Era como se eu não estivesse completa, estava longe dos meus familiares e do meu filho. Eu me sentia muito discriminada. Quando as pessoas sabiam que eu era indígena me olhavam como se eu tivesse uma doença.

Com 23 anos eu retornei para minha terra, momento que conquistamos a nossa primeira Aldeia da Vila Cumuruxatiba, a Aldeia Kay. Ingressei na luta com os parentes na busca de recuperar nosso território e melhorias para nosso povo Pataxó. Eu sou muito feliz hoje em estar junto com meus parentes, com minha família, com meu filho... Eu tive muitas reviravoltas em minha vida, mas eu vejo como um crescimento.

Hoje, tenho orgulho de ser professora da Aldeia Dois Irmãos.

Atualmente, temos um olhar diferente porque sabemos que temos os mesmos direitos que os homens. Nós éramos oprimidas pelos homens. Nos sentíamos presas, obrigadas a cuidar da roça, da alimentação, dos filhos. Hoje nós, mulheres, conseguimos abranger outras áreas. Eu tenho como um grande exemplo a minha cacique Arian Pataxó, que fundou a Aldeia Dois Irmãos e luta por melhorias para nossa Aldeia. Eu acho que tudo isso é um grande avanço, pois antigamente não tínhamos este olhar. Hoje somos mais valorizadas, pois sabemos nossos direitos.

Elionai Pataxó



Mulheres, homens e crianças fazem a massa do barro para embarrear as casas



Construímos nossas casas

Para nós, indígenas, a Natureza nos dá os materiais para construir nossas casas.

Pisamos o barro com nossos pés. Amassamos ele com nossas mãos e, assim, nós mesmas fazemos as nossas casas para nossas famílias morarem.

Arian Pataxó

O Fogo de 51

Foi uma coisa muito horrível para as mulheres indígenas... Houve muito estupro, até de índias grávidas e de mulheres em resguardo. Os policiais usaram elas. Judiaram delas. As nossas *mulher* foram muito humilhadas. Amarraram seus maridos perto delas enquanto eram usadas. Tem mulher que ainda hoje se sente envergonhada. Nós, mulheres, somos muito sofridas. Ainda hoje passa muito essa coisa de estupro. Foi lá que começou essa violência que ainda existe contra nós, *mulher indígena*. Quando a polícia chega nas nossas áreas é com muita agressão, agressão contra as mulheres e contra as crianças também. Agressão verbal e física.



Maria Rosa Braz e
Marlene Alves dos Santos (Xahey)
Pataxó Aldeia Barra Velha

Na nossa comunidade, mulheres e crianças também lutam para defender nosso território. Nós, *mulher*, bota o maracá e a borduna na mão e *enfrenta* o que for.

Maria Braz, no ano de 51, foi ajudada pelos irmãos dela. Todo mundo correu para as matas para se esconder. Teve que ficar um tempo escondida, só comendo coisas do mato. O massacre de Barra Velha foi tão grande que as pessoas que moravam fora achavam que tinham matado todos os índios. Alguns índios se enterraram embaixo do capim, se esconderam nas lagoas para não morrer.

A aldeia de Barra Velha ficou um deserto, muitos índios correram para longe e muitos, até hoje, não querem voltar. Meu avô foi morto arrebatado de porradas. No meu tio Júlio, eles botaram cangalhas e os policiais montaram nele por vários quilômetros. Minha mãe, na época, era menina e foi carregada pelos seus tios e protegida. Meu tio Aivaldo carregou minha mãe nas costas correndo entre os capins, as tiriricas, e depois os cipós. Fugiram e sobreviveram. A gente chama a aldeia Barra Velha de Aldeia Mãe, porque muitas das aldeias nasceram com os indígenas que correram por causa do “fogo do 51” da Barra Velha pra fora.

Hoje, ainda depois de todo esse sofrimento, pouca coisa mudou. Vemos atualmente o governo querendo continuar a massacrar os indígenas. Parece que os homens ambiciosos por dinheiro *quer* fazer o fogo voltar contra nós. Fazendeiros matam índios em nossas aldeias e a justiça não investiga. Já quando some um

fazendeiro a polícia se mexe toda e, ainda sem provas, bota um bocado de índios presos. Muitas vezes, os próprios pistoleiros dos fazendeiros bebem suas cachaças e se matam entre eles, mas sempre culpam o índio. Os *índio* aqui nem *tem* uma espingarda para matar passarinho e dar para o filho comer e ainda leva a fama de matador. Índio é cidadão igual aos fazendeiros, mas o índio morre igual gado por aqui.

A gente quer que o governo tenha compromisso, que entregue nosso território de volta. Só assim todos que vivemos na região teremos paz.

Xahey Pataxó



Mariazinha, parteira da
Aldeia Barra Velha, e Marliane Braz



Dona Rocha, parteira da Aldeia Barra Velha



Dona Joana Pataxó da Aldeia Barra Velha

Violência contra nós, Mulheres Indígenas

A violência contra nós, mulheres, ocorre dentro e fora da família e não é praticada somente por meio de agressão física, como tapas, socos, pontapés, chutes e etc. Existem também outras formas de violência, como a violência psicológica, moral, patrimonial e sexual.

É importante saber que podemos sofrer violência em espaços públicos (escola, hospital, Funai, Sesai, Delegacia, INSS), bem como nos espaços domésticos (nossa aldeia, casa) e que não é só o marido ou companheiro que comete violência doméstica contra a esposa. O agressor com quem você convive ou com quem tenha convivido na sua casa, ou com quem você tenha ou já tenha tido vínculo amoroso pode cometer violência doméstica e ser punido por isso.

Muitas mulheres não denunciam seus agressores pois se sentem envergonhadas, humilhadas e até culpadas pela violência que sofrem. Isto é uma grande mentira pois as vítimas somos nós, mulheres, que estamos sofrendo nas mãos de agressores.

Muitas mulheres aceitam as agressões por temerem por sua segurança pessoal e pela segurança de seus filhos e filhas, ou outros familiares.

Não podemos nos calar, precisamos procurar ajuda. Se você já fez uma denúncia e não obteve um bom resultado, não desista de lutar por sua vida! Denuncie cada agressão!

Você, mulher indígena, tem o controle de sua vida. Não espere que o agressor mude de comportamento, mude você saindo já desta situação.

Não ache que as lesões que você tem em seu corpo não são importantes. As feridas podem passar, mas a dor nunca passará se você não se libertar dessa vida de agressão.

Não queira proteger quem te agride pelo fato de precisar dele financeiramente. Nós, mulheres, temos capacidade de nos sustentar e sustentar nossos filhos.

Nós, mulheres indígenas, somos guerreiras. Não tenha medo de perder os seus filhos para seus agressores, pois nenhum juiz em sã consciência daria uma criança para um homem que violenta sua esposa criar. O homem que bate, humilha, aterroriza mulheres é violento e agressor. A própria Lei Maria da Penha em suas Medidas Protetivas garante proteção para você e seus filhos. O juiz sempre decidirá o que for melhor para seus filhos.

Alguns pontos importantes que precisamos ter em mente antes de iniciarmos este papo:

- a cada 05 minutos, uma mulher é agredida no Brasil. (Dados do Mapa da Violência, 2012)
- o Brasil é um dos países que mais sofre com a violência doméstica: é o 7.º país onde mais se mata mulheres, e 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a esse tipo de violência. (Dados do DataSenado, 2013)
- uma em cada cinco brasileiras reconhece já ter sido vítima de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. (Dados do DataSenado, 2013)
- a violência doméstica é a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade e mata mais do que câncer e acidentes de trânsito. (Dados da Fundação Perseu Abramo)
- cerca de 70% das vítimas de assassinato do sexo feminino foram mortas por seus maridos ou companheiros. (Dados da Fundação Perseu Abramo)
- a violência contra a mulher atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas.
- a violência contra a mulher produz consequências emocionais devastadoras, muitas vezes irreparáveis, e impactos graves sobre a saúde mental sexual e reprodutiva da mulher.
- 62% das ações violentas resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos. (Dados do Mapa da Violência 2012)
- a violência ou mesmo o medo da violência aumenta a vulnerabilidade da mulher à infecção pelo HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. O temor de sofrer violência pode, por exemplo, fazer com que a mulher se submeta a relações sexuais desprotegidas.



Hoje, felizes!

Lindinalva se casou com 14 anos, trabalhou na plantação de arroz, passando seu maior tempo dentro d'água, com frio, com fome e com 15 anos teve seu primeiro filho. Hoje, com 62 anos, ela diz assim:

“Tinha que procurar um jeito para me virar porque foi na época em que meu marido viajava muito para conseguir a retomada das terras Karapotó Plaki-ô, e saía sem deixar o alimento. Então, a única saída era eu trabalhar no plantio do arroz, fazer pote e sair para vender ou trocar por alimentos como farinha, feijão... Nós caminhávamos quilômetros de distância com os potes na cabeça e, quando eu chegava em casa, encontrava meus 12 filhos dormindo.”

A reconquista da terra indígena Karapotó Plaki-ô foi muito marcante no município de São Sebastião, estado de Alagoas. Os índios viveram por mais de um século no anonimato por pressões dos antigos conquistadores. Nos anos de 1980, o cacique Juarez Itapó começou a viajar para cidade de Brasília na tentativa de reconhecer nosso povo como indígena.

Durante a retomada da fazenda Taboado, em 1993, o cacique Juarez articulou várias etnias: Kariri-Xocó e Xucuru-Kariri de Alagoas, Fulni-ô e Xucuru-Orurubá de Pernambuco, Guarani Tupiniquim do Espírito Santo, Potiguara da Paraíba, Tapebas do Ceará, Xokó de Sergipe e Pataxó Hãhãhãe da Bahia.

Dona Lindinalva, além de cuidar dos filhos e da comida de todos, articulava as pessoas para unir o povo e lutar junto aos Karapotó. Muito além de pegar água potável e cortar a lenha para cozinhar para esse povo todo, ela animava o grupo, de dia e de noite, cantando e dançando o Toré, fazendo com que todos participassem do ritual.

Lindinalva explica: “Para retomar a terra Karapotó Plaki-ô, tivemos que ir para a pista. Ficamos acampados na beira da BR 101. Foi muito sofrimento. Éramos ameaçados de morte, mas tivemos que enfrentar porque as terras eram nossas. Enfrentamos mesmo sabendo que eu, meus filhos e todos os índios que estavam ali estavam correndo risco de vida. Eu ficava preocupada com os antigos posseiros e com medo de acontecer algum acidente com meus filhos por causa da pista. Finalmente, quando conseguimos retomar nossas terras, eu vivi em paz com meus filhos e meu marido. Hoje, posso dizer que sou uma mulher batalhadora, guerreira e vencedora. Estou feliz vendo a minha família crescer a cada dia. Meus filhos estão todos casados e hoje tenho 35 netos e um bisneto. Meu sonho já se realizou, pois minha família está unida e com saúde”.

Foram muitas dificuldades enfrentadas por nós, mulheres, mas valeu a pena porque, com nossa luta, conseguimos retomar a terra e estamos felizes.

Texto de Willma Yãnami, filha de Lindinalva Karapotó Plaki-ô

Lindinalva Karapotó Plaki-ô



(sobre) vivência

Muitos não têm o poder de plantar um pé de feijão de corda, um pé de banana no fundo do seu quintal pra dar *pro* seu filho chupar... Às vezes, tem horas que não tem nem um punhado de farinha... Muitos aqui não têm pé de nada porque não têm um lugar pra plantar. Aqui na aldeia Barra Velha, o espaço é pequenininho e nós estamos lutando para recuperar os nossos direitos.

As cestas básicas que a gente recebe é uma a cada três anos. É a cesta “Fome-Zero”. A gente recebe *dois litro* de feijão já velho. *Dois litro* de feijão pra minha família vai embora em um dia! A gente vive do artesanato e de mariscar no mangue: siri, caranguejo... Às vezes, encontra um rio em que ainda não está proibido pescar e a gente pesca. A gente também caça o alimento: catitu, paca, tatu..., faz uma rocinha e cria umas galinhas... É assim que a gente leva a nossa vida.

O carro da saúde é difícil chegar por cá. A gente corre atrás de um telefone, liga e, muitas vezes, tem índio que vem até a morrer e o carro ainda não chega.

Xahey Pataxó



Maira, Marliane e sua filha Ana Clara no riacho onde a família lava roupa



Marlene e o genro mexem farinha na casa de farinha da Aldeia Barra Velha



Marlene Alves dos Santos (Xahey Pataxó)

Justiça?

Eu sou natural de Barra Velha. Meu pai, minha mãe, meus avós são daqui de Barra Velha. Meus *parente mora* tudo aqui em Barra Velha, irmão, tia, tudo! Meu tronco é daqui de dentro de Barra Velha.

Nós não somos invasores, somos donos de nossa terra, nós somos natural daqui. Quando Pedro Álvares Cabral chegou aqui descobriu nós, *índio*... Então, o direito à terra a gente tem. Estamos até hoje esperando que a justiça seja feita. Sabemos que têm pessoas criando lei para tirar os nossos direitos. Aqui, os fazendeiros se apossaram das melhores terras e restou a mussununga (terra pobre) que dá só aroeira e cansaçõ, que não dá mandioca, nem feijão, nem milho, nem banana... É por isso que nós estamos brigando.

Nós *quer* que o governo libere e entregue o que é nosso nas nossas mãos, porque nós *temos precisão* do nosso espaço, para alimentar os nossos filhos. Por isso, nós *luta* e nós temos lideranças processadas, índios aleijados e índios mortos. Os fazendeiros botam pistolagem e a Polícia Federal não *tá* mais fazendo justiça. Ela *tá* fazendo pelo bolso do fazendeiro... e nós *continua* na luta pelo que é nosso direito.

Xahey Pataxó



Marialí Braz Alves dos Santos



Marlene (Xahey Pataxó)



Crianças reunidas na casa de Marlene



Elza Braz dos Santos e Marliane Braz



Viviane da Conceição Silva



Lidiane e Maíra Braz Alves dos Santos

Por escolha: a luta

Eu comecei minha luta indígena quando era criança. Meus pais também são indígenas e me criaram onde vivemos até hoje – Aldeia de Cumuruxatiba.

No início, as casas eram de barro e palha, não havia o homem branco e nem ninguém de fora. Minha mãe teve apenas uma filha mulher: eu. Meu pai é pescador, mas hoje já não pesca mais, pois já tem seus 80 anos de idade.

Meu pai passava muitos dias no mar. Ele enfrentava o mar para trazer o mangute (comida) para nos alimentar. Minha mãe tinha que lutar para nos dar de comer.

Apesar de gostar muito de estudar, com apenas dez anos de idade comecei a trabalhar de babá. Até aí eu não tinha conhecimento dos meus direitos como indígena. Minha mãe falava do “fogo de 51”. Ouvindo minha mãe, comecei a entender nossa história e, em 2002, entrei na luta pela nossa terra.

Passei por muitas dificuldades quando comecei a lutar. Meu esposo não entendia a minha luta. Não entendia porque eu viajava tanto. Tive que escolher e escolhi a luta. Graças a essa luta, hoje há várias aldeias que ajudei a construir. Uma delas é a Aldeia Dois Irmãos, da qual sou cacica.

Arian Pataxó



*Cacique Maria D'ajuda dos Santos
junto com as mulheres trabalham na horta*



*Cacique Maria D'ajuda dos Santos
(Arian Pataxó)*

Reflexões

Nas terras retomadas pelos Karapotó Plaki-ô quase não existia vegetação. Os antigos fazendeiros devastaram as florestas, ficando apenas algumas árvores e arbustos na margem do Rio Boa Cica. Mesmo assim, nós, mulheres indígenas, temos um grande conhecimento das ervas medicinais: aroeira que serve para inflamação, juazeiro para gripe, cajueiro para cicatrização, angico combate a bronquite, velame para verminose, etc. Quando adoecia alguma pessoa, as mulheres coletavam cascas, raízes e folhas das plantas preparando xaropes, chás e lambedores. A mata, para a mulher indígena, é como uma farmácia natural onde coletamos remédios seguindo a tradição repassada de geração a geração.

Nunca deixaremos de praticar nossas atividades nativas, pois são estas ações que asseguram a nossa relação com a floresta e a Mãe Terra. Os homens caçam tatu, preá, teiú, nambu e nós, mulheres, preparamos os alimentos para nossa família. Podemos coletar na mata frutas como caju, cajá, maracujá, gavadinha, etc. Com os frutos da floresta também preparamos sucos e doces.

Os povos indígenas são de natureza coletiva dentro de suas tradições e têm suas atividades divididas por sexo e idade. No plantio das roças, os homens abriam uma pequena clareira na floresta e as mulheres faziam do plantio até a colheita, uma espécie de parceria.

Os jovens ajudam os pais nas tarefas, fazendo, assim, a educação tradicional indígena. As mulheres trabalhavam na cerâmica utilitária produzindo potes e panelas. Na fabricação da farinha, as mulheres raspavam a mandioca e os homens moíam as raízes no caititu, colocavam a massa no forno e estava pronto o alimento básico da comunidade. Tanto a mulher quanto o homem estavam empenhados na sobrevivência de seu povo.

A igreja quebrou a parceria índia – índio. A dependência da mulher do marido foi uma ruptura trazida pela igreja. Na sociedade colonial e na capitalista, a figura masculina é o centro do mundo: o homem dominador de tudo na natureza. Após muitos séculos de dominação, a mulher ficou dependente do homem. A mulher indígena, hoje, está reconquistando seu espaço. Estamos acompanhando as mudanças do mundo. Nós, mulheres, estamos estudando nas universidades e exercendo as mesmas profissões que os homens. Perante a lei, todos são iguais tanto homem como mulher; tanto indígena como não indígena.

Wilma Yãnamí Karapotó Plaki-ô

Presentes

Em 1990, quando eu tinha 14 anos, as mulheres se faziam presentes nas retomadas. Eu participei das retomadas da minha Aldeia Karapotó Plaki-ô. Eu, minha mãe, junto com outras mulheres e seus filhos estávamos todos lá para fortalecer a nossa luta para a demarcação da nossa terra. Passamos muitas necessidades arriscando a vida em uma barraca de palha e plástico, até que as coisas melhoraram depois. Eu ia com minha mãe e meus irmãos para o povoado de Terra Nova raspar mandioca em troca de um cozinhado de farinha para sustentar todos que estavam batalhando pela reconquista da nossa terra.



Iranildes colhe Capim-santo na Aldeia Karapotó Plaki-ô

Mulheres e homens juntos estávamos sempre em ritual, fazendo nossa dança do Toré para fortalecer a luta. Ali invocávamos a proteção de Deus Tupã.

Apesar de tantos sofrimentos, hoje somos vitoriosas, pois conquistamos a nossa terra. Atualmente, somos professoras, merendeiras, coordenadoras pedagógicas, auxiliares de consultório bucal e estamos estudando para outras profissões. O mais importante é que mantemos nossa tradição e nossos valores étnicos mesmo que a modernidade queira introduzir outros valores no nosso meio.

Iranildes Karapotó Plaki-ô



Wilma Karapotó Plaki-ô

Saúde da Mulher

Meu nome indígena é Mbos'eara, sou conhecida como Nicinha. Sou técnica de enfermagem, professora indígena, liderança, mãe e conselheira local distrital. Eu gosto de trabalhar com a saúde da minha comunidade. Eu vejo a necessidade de uma política de saúde voltada realmente para a mulher indígena. Trabalho na equipe de saúde que atende meu povo e vejo que existe apenas um atendimento clínico.



Mbos'eara

Na maioria das vezes, a mulher vem até o nosso atendimento com seu filho que está com algum problema de saúde, com seu esposo doente, com a mãe, com a família... e ela esquece de si mesma. As mulheres aqui descem e sobem ladeiras, com menino do lado, grávidas, com lata de água na cabeça e, quando adoce, não tem atendimento diferenciado. Nossas guerreiras vão para fonte, nossas guerreiras ganham seus meninos de forma natural na aldeia. A mulher é tratada como qualquer outro paciente, não tem diferença nenhuma. Nas equipes não temos ginecologistas, que tratam problemas específicos das mulheres. A mulher é sempre marginalizada.

A gente precisa que, de fato, a saúde da mulher indígena seja vista com outro olhar. A gente precisa que a mulher levante a bexiga, faça períneo. Tem também problemas seríssimos de varizes. Os problemas hormonais nunca são tratados, com isso vem a obesidade e o hipotireoidismo. Aqui, nossas mulheres estão morrendo de câncer porque não tiveram condições de fazer uma mamografia ou uma ultrassonografia.

Estamos perdendo as nossas guerreiras e nós queremos elas fortes, lutando pela sua família, lutando pela comunidade e sendo felizes.

Mbos'eara Tupinambá

Conheça seus direitos

Todas as mulheres têm direito à saúde, sejam elas casadas ou solteiras, com filhos ou sem, grávidas ou não. Têm direito aos cuidados médicos, a fim de prevenir, detectar precocemente, tratar e se reabilitar de qualquer problema de saúde. Confira quais são seus principais direitos no que se refere à saúde:

Pré-natal: Você tem direito a um acompanhamento especializado durante sua gravidez - o que inclui exames, consultas e orientações gratuitas - bem como ser informada do seu local de atendimento e vinculação a este para o pré-natal e o parto.

Acompanhamento durante o parto: Se você estiver gestante, tem direito a um acompanhante de sua indicação, durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto.

Planejamento familiar (SUS): Você tem o direito de fazer seu planejamento familiar e decidir se quer ter filhos, quantos e quanto tempo entre uma gestação e outra. Tem direito a receber informações sobre os métodos anticoncepcionais.

Ligadura de trompas (SUS): Você tem o direito de realizar cirurgia para esterilização quando desejar, pelo SUS e conveniados, contanto que seja maior de vinte e cinco anos de idade

ou, pelo menos, com dois filhos vivos. Se for casada, precisará do consentimento do marido.

Atendimento prioritário à gestante: Se você estiver gestante tem direito ao atendimento prioritário em emergências de hospitais, assim como em outros órgãos e empresas públicas e em bancos.

Exame da mama e do colo do útero gratuitos pelo SUS: Você tem direito a fazer, gratuitamente na rede do SUS, o exame de colo uterino. A partir dos 40 anos, toda mulher terá direito também à mamografia, também gratuitamente pelo SUS.

Reconstrução de mamas: A mulher que, em decorrência de um câncer, tiver os seios total ou parcialmente retirados, tem direito à reconstrução da mama por meio de cirurgia plástica.

Diagnóstico de HIV e sífilis em parturientes: Toda mulher internada para dar a luz em qualquer estabelecimento hospitalar integrante do SUS tem por direito realizar o teste rápido para detecção de sífilis e/ou HIV. Este exame é importantíssimo para evitar que seu filho seja contaminado na hora do parto.

Vacina contra HPV: Ser vacinada contra HPV, para a prevenção ao câncer de colo do útero no Sistema Único de Saúde (SUS).

Erva é Vida

Nós, mulheres indígenas Kariri-Xocó, encontramos a cura de doenças nas ervas medicinais. Nós preservamos coletivamente as ervas medicinais nativas e nossos conhecimentos sobre elas, ciência passada de geração para geração, desde há muito tempo.

Nós, mulheres, vivemos com os conhecimentos das ervas e suas utilidades, curando até mesmo nos casos impossíveis para os médicos. As ervas medicinais nativas são utilizadas de várias formas, como por exemplo: xarope, garrafadas e banho de assento.

Fazemos garrafadas para a cura do câncer, inflamação, infecções... com ervas da comunidade como: espinho rasteiro, bom nome, aroeira, samba caitá e outras. Fazemos xaropes para gripe, asma, bronquite... com federação (raízes), jurubeba, manjerição, capim santo... O banho de assento é indicado para as hemorroidas, problemas uterinos e outros, com velande, cana do brejo, amora.



Atualmente, as mulheres encontram mais opções, mais liberdade, novas formas de buscar a sustentabilidade, como fazer e vender remédios de ervas medicinais, confeccionar roupas, trabalhar na educação ou na saúde. Muitas indígenas estão na universidade, compreendendo o mundo dos não indígenas e, ao mesmo tempo, sempre valorizando nossa própria cultura e identidade.

Laura Kayane e Itamy Kariri-Xocó

Atualmente

Antigamente, as mulheres Kariri-Xocó tinham menos opções que hoje. Antes ficavam mais presas aos maridos e, muitas vezes, tinham que fazer roça de arroz ou trabalhar manualmente na produção de tijolos nas olarias. A louça utilitária - o fazer potes - sempre foi um trabalho exclusivo das mulheres.

Através de nós

Nós, mulheres indígenas Kariri-Xocó, preservamos nossa arte e nossa história e, muitas vezes, é através delas que buscamos o sustento para nossas famílias.

Nós preservamos, desde o período primitivo até os dias de hoje, a cerâmica utilitária: potes, panelas e outros, todos feitos de barro.

Embora a cada dia seja menos comum, ainda acontece o escambo: trocamos nossas cerâmicas por alimentos como feijão, farinha, galinha e frutas.

Também são muitas as indígenas que fazem artesanatos com sementes e penas, como brincos, colares, pulseiras. Inclusive, nos últimos anos, muitas estão trabalhando também com madeira, fazendo arco-e-flecha, zarabatana, cachimbos, machados e pau de cabelo.

Hoje, as mulheres da comunidade confeccionam também artesanato feito de pena e de madeira, que antigamente era trabalho exclusivo dos homens.

Através da venda ou da troca dos artesanatos, as mulheres indígenas alimentam, vestem, calçam seus filhos, sendo assim um importante meio de sobrevivência.

É comum cantarmos quando trabalhamos no artesanato ou fazemos outro trabalho manual. Nesses cantos se preservam nossa história, nosso ser indígena.

Muitas artes são ensinadas de mãe para filha, mantendo sempre viva a tradição das Kariri-Xocó. As experiências de nossos ancestrais estão em nós e assim vivemos na realidade. É através de nossas mãos e nossa sabedoria que a cultura e a vida são preservadas.

Laura Kayane e Itamy Kariri-Xocó



Com sabedoria

Meu nome é Jovita. Nasci e me criei dentro da mata. Não existia médico, não existia cirurgia. Quando criança, eu e minhas irmãs vivíamos nuas. Até os sete anos, eu não sabia o que era roupa e nem chinelo. Quando via gente, eu corria e me escondia. Não sabia conversar direito. Sofri muito porque minha família não tinha uma terra onde plantar.

Quando eu morava dentro da mata não sabia o que era rádio, carro, televisão. Só via as parteiras pegando os nenéns. As crianças nasciam só com as massagens das ervas. Cresci e aprendi. Deus me deu o dom e eu aprendi a fumar cachimbo fazendo parto. Com 15 a 16 anos, eu fazia parto dando massagens com ervas. Eu pegava arruda, alho, óleo de amêndoa e dava massagem nas barrigas, ajeitava os meninos.

Para mim, antigamente era melhor, porque as crianças eram criadas do jeito que os pais queriam. Não é como hoje que são criadas da forma que elas querem, principalmente as que moram perto de ruas, que não querem mais ficar dentro das aldeias. Eu me sinto triste com isso. Eu acho que a leitura é muito boa, mas acho que a minha cultura da ciência, da minha mente é bem melhor. Estudei só até a 4ª série, mas eu tenho a sabedoria da minha inteligência.

Eu sei fazer garrafada para diabetes, gastrite e sei fazer banho pra tirar mau olhado. Também sei fazer umas massagens que eu acompanho fumando cachimbo, que era o que minha avó fazia. Ela ensinava e eu aprendia e, graças a Deus, esses trabalhos que eu faço são válidos, porque vejo resultado. E até hoje continuo trabalhando com isso. Se tiver uma índia na minha aldeia pra ganhar neném, saibam que eu estou aqui pronta para fazer o parto. Graças a Deus, toda vez que eu pego para fazer um parto, graças ao Senhor, Ele me dá a vitória. Sempre vêm crianças saudáveis.

Eu sinto tristeza porque antigamente era farto e ninguém precisava ir para a praia vender peixe, não era proibido *nós caçar*, não era proibido *nós plantar* nossa roça onde *nós queria*. Hoje, nós vivemos imprensados no meio dos fazendeiros e ainda ameaçados. Hoje, me sinto triste porque tenho netos e até sobrinhos que não querem saber de vir para dentro da tribo, viver comigo. Mas sempre digo que aprender as coisas da natureza é bem melhor do que vocês estarem nas ruas usando o que não presta, bebendo cachaça... Dentro da floresta a gente aprende. Eu aprecio a minha cultura.

Jovita Pataxó



Jovita, Pajé da Aldeia Kay

Parto de Índio?

Enquanto observo minha cria dormir, relembro o dia em que ele chegou ao mundo. Ou o caminho que nos fez chegar até ali. Não dei a luz a ninguém. Nem tive bebê. Prefiro falar que pari meu filho. Em uma posição parecida com cócoras. Sentada no colo do meu companheiro. Naquele dia pude me encarar de frente. Visualizei todos os limites que havia aprendido durante toda a minha vida. E os ultrapassei. Viver essa experiência me arrebatou da cabeça aos pés. Naquele dia, compreendi a importância dos 09 meses em que fui acolhida e acompanhada por uma parteira tradicional. Não foi somente o meu filho que ela ajudou a trazer ao mundo. Foi também uma nova versão de mim. O parto é isso. Uma passagem, um rompimento, é preciso se deixar partir para que um outro ser possa chegar. É o ano novo das almas. É uma festa cujo convidado principal ainda vamos conhecer, cuja data é sempre uma surpresa. E que surpresa.

“Coisa de índio”; “pra que sofrer?”; “com tanta tecnologia disponível” diriam os médicos. Digo isso baseada em relatos de outras mulheres que buscaram seus partos normais e ouviram isso nos mais variados consultórios. Se eu tive um parto selvagem? Se eu senti dores que poderiam ser evitadas?

Selvagem e doloridíssimo é o sistema que nos cerca, enganando mulheres todos os dias, cortando-as, dilacerando-as, separando-as de seus filhotes recém-nascidos e necessitados de seu calor. Amarrando-as, deixando-as sem alimentos, sem poder beber água, no meio de um trabalho de parto onde o que mais se necessita é energia para poder concluir em paz esse percurso intenso. As deixam sozinhas, sem poder se movimentar, não as permitem amamentar seus filhos assim que eles saem de dentro delas. Eu prefiro nem continuar a lista de atrocidades que acontecem diariamente nas mais diversas maternidades do país. Sinto vontade de chorar. Ou, então, de abraçar cada mulher que vivenciou um caso de violência obstétrica. Parir é naturalmente simples, fazemos isso há séculos, caso contrário a humanidade não teria chegado onde chegou. Eu, mulher branca que moro na cidade, pari. Uma amiga querida, indígena Pankararu, pariu. Outras indígenas e outras mulheres pelo mundo todo pariram. Com todo o amor, respeito e cuidado que merecemos neste momento de nossas vidas. E com todo o amor, respeito e cuidado pela vida que acabava de nascer.

Com gratidão à parteira tradicional que ajudou a mim e ao meu filho a nascer, eu digo:

- O parto natural é o melhor para todo mundo!

Fernanda Martins

A Violência Obstétrica

“Eu já vi médico dizer: - Na hora de “fazer”, você não gritava; mas agora, na hora de “ter”, você fica gritando. Se você ficar gritando e chorando, você não vai ter o seu bebê agora - dizia o médico.

Eu acho que um médico não deveria falar isso, uma enfermeira não deveria falar isso, pois eles estão ganhado para atender e receber a gente bem. Eles se formaram jurando que iriam atender as pessoas bem. E, naquele momento, nós estamos em um momento frágil, precisando de um ombro amigo, e sentindo uma dor tão desesperadora que você pensa que vai morrer, que é Deus mesmo que dá a força para gente botar um filho no mundo.”

Relato de Fátima Pataxó Hãhãhãe

A Violência Obstétrica é um crime silencioso, pois muitas mulheres passam por isso e nem sabem que o que fizeram com ela é crime. Ela pode ocorrer durante a gestação, parto ou no momento pós-parto. No Brasil, uma entre quatro mulheres sofre violência na hora do parto.

Quando uma enfermeira pede para você não gritar durante o parto, ou diz frases como: “Se você não parar de gritar, eu não vou mais te atender”, “Na hora de fazer não gritou”; isso é Violência Obstétrica. Quando o médico corta a sua vagina em um parto natural sem o seu consentimento, isso é Violência Obstétrica.

Se forçarem você a fazer uma cesárea sem necessidade, isso é Violência Obstétrica.

Se a mulher em trabalho de parto vai há várias maternidades sem conseguir uma vaga, isso é Violência Obstétrica.

Se você, durante seu parto, sofreu um tratamento desumanizado, sentiu-se humilhada, se abusaram de medicação e te deixaram sem autonomia para decidir sobre seu corpo, você foi vítima de violência Obstétrica.

Se você decidir ter seu bebê no hospital, saiba que você tem direito a um(a) acompanhante da sua escolha na hora do seu parto e pós-parto. É Lei Federal e todo hospital deve deixar esta informação acessível a todos. Deixe claro que você conhece seus direitos e exija que eles sejam cumpridos.

Na maternidade, preste atenção no nome de quem está praticando a Violência Obstétrica e, após a alta, peça cópia do seu prontuário. Escreva no papel tudo que aconteceu e leve tudo até à Defensoria Pública ou ao Ministério Público mais próximos de sua Aldeia.

Ligue 180 se tiver dúvidas ou quiser denunciar!

Não se cale!

O Cordão de Oração

O primeiro parto que eu fiz eu tinha 16 anos. Minha mãe ia fazer parto e me levava junto. Levava eu e outra irmã minha. Chegando lá, ela falava: “*Panha folha de andu*” e a gente apanhava, “*Panha folha de manga*”... A gente apanhava broto de cana *pra* aumentar as dores, a gente fazia os banhos... Eu aprendi com ela e hoje eu já fiz muitos partos, mais de 100. Já perdi a conta.

Fiz um parto recente que foi da prima de meus filhos. Ela sentiu dor, mandou me chamar e eu fui. Cheguei lá e ela estava ruim. Dei uns banhos de remédio, ajeitei e a criancinha nasceu. Desde o primeiro parto que eu fiz, eu uso meu cordão de oração. Até hoje tenho ele aqui guardado *pra* na hora que as mães *precisar* de mim eu *tô* lá *pra* fazer os partos e uso esse cordão.

Minha mãe me ensinou a oração e eu fiz esse cordão. Ela ensinava *pra* a gente fazer e a gente fazia. Quando a mulher estava com dor, a gente chegava e amarrava o cordão na barriga da mulher. Para aqueles casos em que o médico falava que a criança sobe, a gente usa o cordão que é *pra* criança não subir. Quando a mulher *tá* com dor, a primeira coisa a fazer é dar uma massagem das costas puxando *pra* frente, *pra* a criança não ir *pra* trás. O cordão é feito falando as palavras da oração e dando uns nós no cordão, aí ele *tá* pronto. Então, todo canto que você for não precisa nem rezar, a oração já *tá* ali, no cordão; é só amarrar na cintura da mãe e a criança *tá* fora de perigo.

Mocinha Pataxó Hãhãhãe



Parteira Mocinha

Mãe Dôra

Comecei com 17 anos acompanhando a parteira tradicional mãe Chiquinha, que me passou as técnicas tradicionais e remédios que ajudam a facilitar o parto e torná-lo menos doloroso para a mãe. Mãe Chiquinha sempre foi paciente e atenciosa em seus ensinamentos e com ela aprendi, assim, facilitando meu aprendizado. Mas nada seria possível se eu não tivesse dentro de mim a vontade de ser parteira. Com 19 anos, fiz o primeiro parto sozinha e desde então, até os dias de hoje, continuo fazendo.

Hoje me sinto muito gratificada pelo meu trabalho. Como meu trabalho é feito por um dom dado por Deus, eu não cobro por ele. Sou agradecida pelos sorrisos dos pais ao verem seu filho pela primeira vez, ao ouvir o choro de um bebê recém-nascido ao chegar a um novo mundo. Sinto-me especial pois cada uma das crianças que fiz o parto, a partir daquele dia e momento, passam a ser meus filhos também. Por esse motivo sou conhecida na aldeia e em todo o Povo Pankararu por “MÃE DÔRA”.

A cada parto, sinto uma paz de espírito e de dever cumprido perante Deus, nosso pai, que me concedeu esse dom e às nossas forças encantadas que sempre me acompanham em minhas missões. Sinto eles perto de mim.

Há vários anos levo comigo sempre que possível uma aprendiz, para repassar meus

conhecimentos, assim como mãe Chiquinha me ensinou. Já tem algumas parteiras aprendizes aqui na aldeia: Mariza, Ivone, minha irmã Julia, entre outras. Hoje em dia, tenho a companhia da Luciene, pois facilita por ela ser minha nora, e ter boa vontade de participar nos partos.

Sinto-me uma pessoa abençoada e privilegiada por minha vida de parteira e sinto dentro de mim, a cada novo parto, um sentimento de missão cumprida.

Mãe Dôra

Entrevistada por Luciene Pankararu



Maria das Dores Silva (Mãe Dôra) e Luciene Maria da Silva

Homens e mulheres são diferentes, mas os direitos são iguais

Não acredite quando dizem que mulher gosta de apanhar. Nenhuma mulher merece ser agredida ou abusada. A violência contra mulher não é um problema só do casal e não é verdade que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Temos que meter a colher sim. Precisamos criar uma corrente em nossa defesa.

Não podemos ver nossas parentes sendo violentadas, agredidas e humilhadas e ficarmos caladas. Temos que ajudar estas mulheres a saírem desta situação.

Nenhuma mulher merece ser violentada, mesmo aquelas que mostram mais seu corpo e, por isso, são consideradas mais sedutoras. A mulher pode dispor de seu corpo da forma que quiser. A violência contra nós, mulheres, pode acontecer em qualquer lugar, na rua ou em nossas casas. Não importa onde for, violência é violência. É crime.

Quando sofremos qualquer tipo de agressão na rua, estamos amparadas, como todo cidadão, pelas leis comuns, e devemos procurar imediatamente a delegacia mais próxima.

Quando a violência é praticada em nossa casa, por pessoas de nossa família, pessoas que convivem no mesmo ambiente doméstico, mesmo que não sejam parentes consanguíneos - como um hóspede enteado, por exemplo, e pelo marido ou companheiro, teremos a proteção da Lei no 11.340, que ficou conhecida como “Lei Maria da Penha”.

<http://www.mulheresindigenas.org/lei-maria-da-penha>

Procurar a polícia vale a pena sim e, por isso, é importantíssimo ter o conhecimento da Lei Maria da Penha e de suas Medidas Protetivas de Urgência, para quando precisarmos ir até uma delegacia fazer uma denúncia já sabermos o que esperamos que os policiais e

delegado precisam fazer. Assim, podemos cobrar que eles cumpram a lei.

Nós, mulheres indígenas, não participamos da elaboração da Lei Maria da Penha e, por isso, não há um olhar específico para a nossa cultura. No entanto, estamos protegidas por esta Lei contra a violência doméstica. Em muitas comunidades, existem leis internas, para se resolver estes tipos de situações que precisam ser respeitadas pela sociedade não indígena, já que a Constituição Federal de 1988 garante nossa organização interna.

Nossas leis internas, devem ser valorizadas, mas existem problemas que foram introduzidos em nossas aldeias, como o álcool e a droga que nos levam a precisar de ajuda externa.

Existem povos em que, quando um indígena comete violência doméstica, esse índio agressor é retirado da aldeia para que passe um tempo prestando serviço para outra comunidade. Como esta situação é resolvida em sua comunidade? Existem leis internas para resolver estas situações? Vocês conversam sobre este tema?



Sintomas de Violência

- Se você se sente insegura em sua própria casa;
- Se você tem medo do homem com quem vive;
- Se você se sente humilhada;
- Se você teme pela vida de seus filhos e outros parentes;
- Se você não consegue agir nem reagir por medo;
- Se você é obrigada a manter relações sexuais sem querer;
- Se você apresenta alguns dos sintomas: tonturas, palpitações, mal-estar, desânimo, úlcera, frigidez, depressão;
- Se você pensa em se matar...
- Se você, minha parente, passa por algumas destas situações, você vive em situação de violência e precisa de ajuda!

Semear Cantando

Eu desejava plantar sem veneno para que nossos jovens, nossas crianças e nossos anciões pudessem ter uma comida saudável na mesa. Para isso, estamos trabalhando juntos - quilombolas, índios, negros e assentados. Nós tivemos um encontro com o pessoal do MST de Arataca e do MST de Itajuípe e eles nos deram as sementes sem venenos, para plantar sem agrotóxicos. Umas 30 a 40 pessoas vieram em nossa comunidade e, em conjunto, fizemos o trabalho: limpamos a terra e plantamos. Também adubamos a terra naturalmente. Quando tivermos colhido, nosso compromisso é espalhar as boas sementes para quem estiver precisando.

Para ter uma plantação bonita, saudável, a gente faz ritual. Conversamos com essas plantações, porque elas têm vida e nos dão vida. A gente tem que alimentar a terra e se alegrar; essa celebração nos enriquece e também enriquece as nossas plantações. E amanhã tudo isso será distribuído para várias e várias pessoas. Essa roça foi feita para todos. Aqui tem milho, feijão, maniva, semente de abóbora, semente de melancia, maxixe, quiabo, ramas de batata, pepino e é tudo natural, sem agrotóxicos.

Mayá Pataxó Hãhãhãe



Maria Muniz (Mayá)

A Pajé

Lucilia Muniz é a nossa mãe. Ela era uma mulher guerreira em todos os sentidos. Primeiro, por ter tido 15 filhos e conseguido criar nós todos, com conhecimento e caráter. Para a nossa família, ensinou a união. Nós crescemos assim e passamos uma parte dessa experiência para nossos filhos, para nossos netos.

Também nos orgulhamos porque ela era uma mulher experiente, uma mulher forte na cultura, com uma base espiritualmente elevada. Para a gente, ela era uma pajé, ela sabia fazer banhos e nos avisava coisas que poderiam acontecer. Às vezes, a gente organizava uma viagem e ela dizia: - Não dá para vocês irem nesta viagem!

Nós obedecíamos e quem não obedecia era prejudicado. Foi o que aconteceu com meu irmão Nailton. Eles iam viajar para Brasília. Tinham que ir, não tinha jeito. Ela falou assim: - Não vão por esse caminho, peguem este outro caminho!

Só que o outro caminho que ela ensinou era mais longo. Eles falaram: - Mas nós já estamos muito atrasados! A gente vai perder tempo. Vamos por aqui mesmo.

A viagem ficou mais longa, porque na frente estavam os pistoleiros e atacaram eles. Meu tio ainda tomou um tiro de chumbo. A bala não rompeu, mas passou rasgando a roupa e queimando a pele.

Quando eles saíram, ela avisou, mas eles teimaram. Se tivessem tomado o outro caminho, não seriam atingidos.

Até hoje todos os ensinamentos dela estão conosco. E a gente guarda esse conhecimento e tenta passar para os nossos filhos.

Ela foi uma pessoa muito respeitada na aldeia e ensinou muitas coisas boas para a gente. Quando ela era viva, ela ajudava a gente e a todos da aldeia. Ela estava ali na aldeia pra nos divertir, pra nos ensinar, pra aconselhar, pra mostrar qual o melhor meio pra conseguir fazer tudo sair da melhor forma possível. Minha mãe era essa forte guerreira que admirávamos e admiramos ainda hoje.

Maria Rita e Maria de Fátima Muniz Pataxó Hãhãhãe



Lucília Muniz

Quitéria Pankararu

Falar de minha mãe sempre será emocionante, pois me lembro que, desde sempre, eu a via trabalhando na roça, fazendo vassouras e colhendo frutos para vender nas feiras. Sempre vi a vontade dela de lutar por nossas terras e por nossos direitos como indígenas.

Várias vezes fui com ela até Recife, Brasília, em vários encontros de lideranças. Nessas viagens, pude ver o quanto ela era respeitada. O nome Quitéria Binga, ou Quitéria Pankararu, sempre teve peso e valor perante outras lideranças.

Ela lutou até seus 82 anos. A grande maioria do povo a amava e a respeitava. Ela conseguiu um posto de saúde que chamamos de maternidade, uma creche onde a maioria de nossos educadores de hoje em dia estudaram ou iniciaram seus trabalhos, e também um tear para produção artesanal de redes de dormir e mantas.

Lembranças boas é o que tenho. Uma guerreira que nunca abaixou a cabeça. Participava ativamente na defesa do nosso território, defendia a saúde e educação voltadas para nossa realidade, respeitando nossos valores sagrados. Ela sonhava com uma escola onde pudéssemos dançar nosso Toré, ensinar nossa cultura e falar de modo aberto com nossas crianças sobre nossa identidade indígena como ela é na verdade.

E, desta forma, aprendemos que somos muito mais do que símbolos folclóricos. Ela já idealizava que nossas crianças poderiam aprender também fora da escola e, assim, fortaleceu a ideia de educação indígena diferenciada na nossa comunidade. Gostava de participar das festas da comunidade, cantando e dançando nos rituais.

Mesmo recebendo várias ameaças de morte, tendo até dormido nas serras por conta de posseiros, ela sempre lutou pelas nossas terras e pelo bem-estar do povo. Ela foi um exemplo de luta e resistência!

Maria São Pedro Barros



Maria São Pedro segura a foto de sua mãe, Quitéria Maria de Jesus

Liberdade?

Meu nome indígena é Jamopoty. Sou mãe, sou avó e, ao mesmo tempo, liderança de um povo. Sou cacique do povo Tupinambá de Olivença. Nós estamos sempre lutando pelos nossos direitos que a Constituição Federal nos garante, mas na realidade do dia-a-dia nós não temos. Quem sabe o que é bom para nós somos nós. O que o povo Tupinambá quer é seus direitos, quer liberdade.

No início, em 1999, quando fui escolhida por todas as comunidades para ser a Cacique do Povo Tupinambá de Olivença, eu sentia muito o preconceito. Quando eu viajava com outros caciques Pataxó e Pataxó Hãhãhãe, nas reuniões, eles não me davam a palavra.

Depois, fui ganhando a confiança e eles começaram a ouvir minha voz e a me respeitar. Depois disso, eles me ajudaram muito. Tiveram na aldeia e começaram a falar da importância de uma cacica mulher, algo novo para aquela época. Eu percebia que os próprios índios Tupinambá achavam que uma cacica não iria conseguir nada, que não iria aguentar o trabalho. Mas eu mostrei que uma mulher pode sim, que uma mulher pode transformar os pensamentos e tem capacidade de liderar um povo.

Em 2009 fui presa injustamente. Lutar por direitos é ilegal? Fiquei uns dias no presídio feminino e outros três meses em prisão domiciliar. Nós, lideranças indígenas, somos constantemente criminalizadas.



Cacique Jamopoty

O governo decretou a “garantia da lei e a ordem” para nosso território, supostamente para nos proteger. Já são 11 indígenas assassinados nestes nove meses de 2014... E nós só vemos a polícia revistar os indígenas que caminham pelo nosso território, dar baculejo e agredir verbal e fisicamente nossos parentes. Até caso de abuso sexual houve. De apreender as armas dos pistoleros dos fazendeiros que estão nos matando a gente nunca teve essa notícia.

Jamopoty Tupinambá

É seu DIREITO denunciar!

Se você, minha parente, estiver sofrendo algum tipo de agressão, vá até a Delegacia da Mulher ou Defensoria Pública mais próxima ou disque 180 de qualquer telefone ou celular e procure orientações.

Muitas mulheres indígenas relatam que, ao procurarem uma delegacia, ouvem que índio é problema da Polícia Federal ou são mandadas para a FUNAI. Mas saiba que os casos de violência contra a mulher - independente da vítima ser indígena ou não - são tratados, sim, nas Delegacias Especializadas de Proteção à Mulher e nas delegacias comuns, onde não existe a especializada.

Não aceite "não" como resposta. Deixe claro que você conhece a Lei Maria da Penha. Se, na delegacia, você não teve apoio, procure a Defensoria Pública; eles já são designados para acompanhar estes tipos de situação.

Dando o primeiro passo

Sei que é difícil dar o primeiro passo, mas serão passos para uma vida mais feliz. Toda mulher vítima de violência doméstica e familiar tem direito às Medidas Protetivas de Urgência.

As medidas de proteção e prevenção são aquelas que criam obrigações para o agressor e te protegem, antes mesmo de ser iniciado um processo criminal.

Ao solicitar esse direito, o juiz ordena que o agressor não se aproxime novamente da vítima e de seus filhos ou parentes; não frequente o local de trabalho da mulher; deixe o lar; devolva documentos e pertences da mulher; pague alimentos; tenha suspenso o seu direito de portar armas, etc.

Cada caso será analisado e o juiz aplicará a medida mais adequada para proteger a mulher em situação de violência.

Registrando um Boletim de Ocorrência (B.O.)

Para denunciar seu agressor (ou agressora, pois a violência contra a mulher pode ser cometida também por mulheres), você precisa ir até uma delegacia mais próxima e registrar um Boletim de Ocorrência (B.O.), que é o documento que prova que você foi à delegacia e fez uma reclamação.

Se houver necessidade, você será encaminhada para fazer um exame de corpo de delito, que é um exame onde serão fotografadas e registradas todas as marcas, ferimentos ou lesões que seu agressor deixou em seu corpo. Então, é feito o chamado Laudo Médico, que é uma espécie de atestado com a descrição dos ferimentos e hematomas que, por ventura, você tenha no corpo.

Se você tiver alguma gravação em vídeo, áudio ou até fotografia que prove as agressões, leve com você para a delegacia. Esta é uma prova importantíssima!

Se, na delegacia, derem algum papel com a intimação para que você entregue ao agressor, não aceite, pois a Lei Maria da Penha proíbe expressamente este tipo de situação. Deixe sempre claro que você conhece seus direitos.

Se você registrou um B.O. e sofreu mais um ato de violência, vá e registre outro B.O.. Para cada violência sofrida um Boletim de Ocorrência deve ser registrado. Não se cale. Não deixe de buscar ajuda. Não tenha pena de quem te agride, seja seu pai, seu irmão, seu marido, namorado, ex marido, ex-namorado... ele não tem pena de você.

Lembre-se que violência contra a mulher não é apenas quando você é agredida fisicamente, são muitos os tipos de violência e o quanto antes você romper com o ciclo de violência mais rápido você afasta esta situação de sua vida.

Caso você não esteja 100% segura sobre procurar uma delegacia, vá até a unidade da Defensoria Pública mais próxima da sua residência e peça ajuda! Lá você encontrará profissionais preparados para receber mulheres como você que precisam de apoio.

Os próximos passos (ou Representação)

Para que a denúncia feita na delegacia vá para a Justiça, vire um processo e você seja atendida pelas Medidas Protetivas, é preciso que você faça uma Representação.

Representação nada mais é do que assinar um documento dizendo: “Eu quero que o agressor seja processado e punido”. Sem a Representação não podem ser aplicadas as Medidas Protetivas, o caso é arquivado e o agressor fica impune.

A autoridade policial poderá ainda fornecer transporte para você e seus dependentes irem para um abrigo ou local seguro, ou acompanhá-la para buscar seus pertences em sua residência.

Feita a Representação, o(a) delegado(a) tem um prazo de 48 horas para enviar para o(a) juiz(a) a solicitação de Medidas Protetivas e este(a) tem outras 48 horas para dizer se serão aplicadas ou não.

Formas de proteção dentro da lei

É muito importante que você, mulher indígena, quando chegar a uma Delegacia para prestar queixa de uma agressão, tenha em mente que você tem direitos enquanto mulher e que existe uma lei específica para isso com requisitos próprios que as Delegacias precisam seguir, seja a Delegacia da Mulher ou não. Deixe claro que você sabe que tem direito às Medidas Protetivas e quer que as mesmas sejam tomadas. Isso fará toda a diferença!

Veja quais são as Medidas Protetivas que a Lei Maria da Penha lhe garante:



Medidas Protetivas aplicadas ao agressor:

- O agressor poderá ser obrigado a deixar sua casa e de frequentar locais que você costuma ir;
- O agressor poderá ser proibido de se aproximar ou manter contato com você, seus familiares e testemunhas;

- O agressor é obrigado a pagar alimentos caso você seja dependente financeiramente dele, para que você não fique sem recursos para suprir suas necessidades e de seus dependentes;
- Se o agressor tiver porte de armas, será suspenso, não podendo mais portar arma alguma;
- O agressor poderá ter a visita aos filhos suspensa ou ser condicionada a alguma restrição.

Medidas Protetivas aplicadas à vítima:

- Você e seus dependentes poderão ser encaminhados ao programa oficial de proteção (centros de referência, casa-abrigo, CRAS etc.);
- Você poderá ser afastada de sua casa, sem que, com isso, perca seus direitos relativos a bens, filhos e alimentos;
- Após o afastamento do agressor, você e seus filhos poderão retornar para casa;
- O juiz poderá decretar a separação de corpos, ou seja, que o homem agressor saia de casa. É o início da separação de fato ou da dissolução de união estável. O homem receberá uma intimação enviada pelo juiz a ser entregue por oficial de justiça para que deixe a residência;
- O agressor será obrigado a restituir seus bens indevidamente subtraídos;
- Fica proibida a venda ou aluguel do imóvel da família sem autorização judicial; e
- O agressor terá que fazer um depósito do valor correspondente aos danos causados a você.

Terminada as investigações por parte da polícia, o processo vai para a justiça e o promotor acusa ou não a pessoa suspeita, mas cabe ao juiz decidir se o processo será aberto ou não.

O agressor pode até ser preso, antes de ser julgado, caso descumpra alguma das medidas de protetivas aplicadas pelo juiz, ou se estiver colocando a vida da mulher que está sofrendo agressão em risco.

A partir do momento que você presta queixa e o caso vai para o juiz, você precisará ser acompanhada de um advogado ou de um defensor público. Isso é para evitar que você acabe fazendo um acordo com seu agressor que lhe seja prejudicial.

O que levar?

Ao procurar uma Defensoria Pública, é bom levar consigo os seguintes documentos:

- RG (carteira de identidade)
- CPF (cadastro de pessoa física)
- Comprovante de residência
- Certidão de nascimento dos filhos
- Sua certidão de nascimento
- Certidão de casamento (se houver)
- Nome e endereço do agressor
- Boletim de ocorrência
- Relação das possíveis testemunhas



Delegacia da Mulher: As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) compõem a estrutura da Polícia Civil, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal. Dentre as diversas ações realizadas pelas delegacias, estão o registro de Boletim de Ocorrência, a instauração do inquérito e a solicitação à juíza e ao juiz das Medidas Protetivas de Urgência nos casos de violência doméstica contra as mulheres. Proteja-se!

(Fonte: site da SPM-PR)

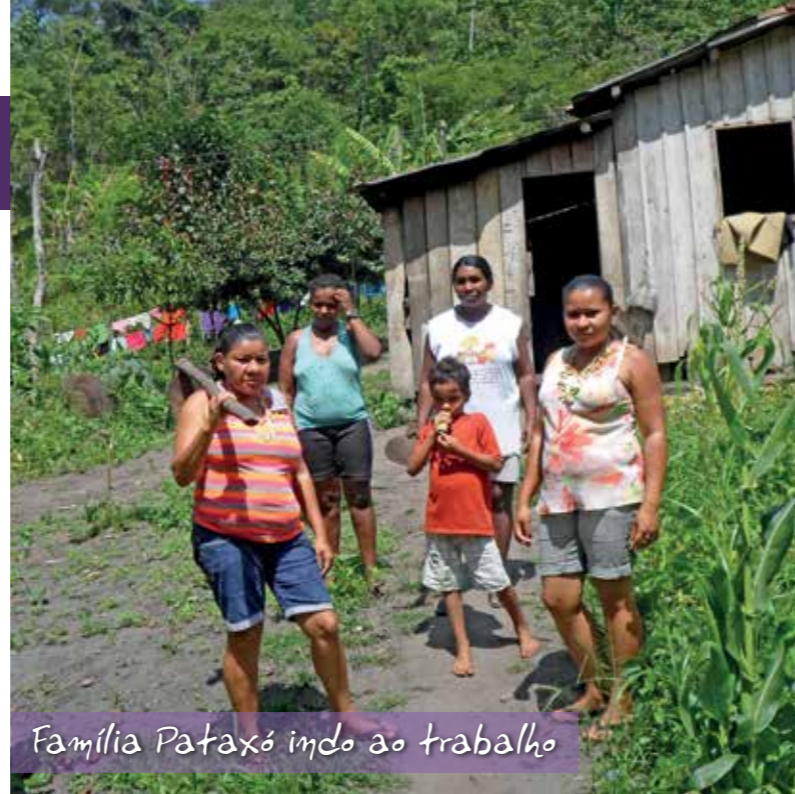
Comportamentos que podem indicar que sua relação pode vir a se tornar violenta:

Fique atenta a alguns comportamentos que podem indicar que sua relação pode vir a se tornar violenta.

- 1) Comportamento controlador: a pessoa passa a monitorar seus passos, controlar suas decisões, seus atos e suas relações sob o pretexto de te proteger ou oferecer segurança.
- 2) Rápido envolvimento amoroso: se a relação evolui rapidamente se tornando tão insubstituível que você se sente culpada por tentar diminuir o ritmo do envolvimento, este é um sinal de perigo. Nas palavras do agressor "você é a única pessoa que pode entendê-lo! Ele nunca amou ninguém dessa forma e estará destruído se você o abandonar..."
- 3) A pessoa violenta poderá desenvolver expectativas irreais em relação a você; querendo que você preencha todas as necessidades dele, exigindo que você seja perfeita como mãe, esposa, amante e amiga. Irá te colocar em posição de isolamento, criticando e acusando seus amigos e familiares, te impedindo, das mais variadas formas, de circular livremente, trabalhar ou estudar.
- 4) A pessoa violenta se mostra facilmente insultada, ferida em seus sentimentos ou enfurecida, com raptos de fúria com o que considera injustiças contra sua pessoa.
- 5) Ele também revela crueldade com animais e crianças. Gosta de desempenhar papéis violentos durante a relação sexual, fantasiando estupros, não levando em conta seus desejos ou exigindo disponibilidade sexual em ocasiões impróprias.
- 6) Se a pessoa violenta te rebaixa, insulta, ridiculariza, humilha, utiliza de jogos mentais e ironias para te confundir, se ele é cruel, depreciativo, grosseiro, isso é um abuso verbal e também é um sinal que pode preceder a violência física.
- 7) Se ele já cometeu violência contra mulheres no passado, ele vai negar e colocará a culpa em suas vítimas anteriores.

Capim de enxada

Na minha juventude, eu trabalhei muito com enxada. Eu e minha irmã, Luzinete, cuidávamos da roça. Nós plantávamos feijão, milho, mandioca, batata, catávamos cajá. Fazíamos farinha e vendíamos verdura e beiju na feira. O trabalho na roça é muito pesado, porque a gente puxa capim de enxada ou roça de foice.



Família Pataxó indo ao trabalho



Marilúcia Pataxó com os filhos voltando de um dia de trabalho na roça

Muitas mulheres Pataxó Hãhãhãe que moram na Água Vermelha trabalham na roça. Temos que conciliar o trabalho na roça com os afazeres de dentro de casa. Trabalhamos com hortas e na roça de cacau. Temos uma Associação de Mulheres onde trabalhamos juntas. Existe muitos casos de mulher que sustenta a família, pois o marido não se mobiliza. Temos uma vida muito sofrida, pois trabalhar nas roças de cacau é um trabalho muito pesado. As mulheres Pataxó Hãhãhãe são muito guerreiras e continuam, pois quando se trata do sustento dos filhos a mãe não mede esforços.

Maria de Fátima Pataxó Hãhãhãe

Guerreiras

Nós, mulheres, fomos fundamentais na retomada Pataxó Hãhãhãe. O que nós enfrentamos aqui foi uma guerra. Na reconquista da nossa terra, nós saíamos de nossas casas *para o que der e vier*. Quando a gente vai para uma retomada, a gente não sabe se volta. A gente vai arriscando a vida.

Quando nós retomamos o “Ourinho”, um dia, o cacique teve que sair e os únicos homens que ficaram com a gente foi “Alex” e “Nêgo”. Nós ficamos lá sozinhas e, à noite, fomos atacadas por pistoleiros atirando, e a gente se manteve forte, a gente não fugiu da luta. Eu e minhas irmãs ficamos sozinhas e eles atiraram até quando acabaram as balas. E a gente dentro de um secador de cacau e o que tínhamos de defesa era o nosso ritual. Quando amanheceu o dia, nós cantamos o ritual, festejamos que amanhecemos vivas, celebramos que seguramos a nossa terra.

Maria Rita Muniz Pataxó Hãhãhãe



A realização de uma luta: Rita, Tainá e Fátima Muniz

Eu e “Olinda” tínhamos ido tomar banho e aí *começou* os tiros. A gente só ouvia e não entendia porque *era pequena*. As balas passavam bem pertinho da gente e a gente falava “ó, bola de fogo!”, mas a gente não sabia o que era aquilo! E a gente teve que correr de toalha para dentro da mata para não morrer.

Tainá Muniz Pataxó Hãhãhãe

Sempre sustentando

Maria De Lourdes Filha é uma dessas mulheres guerreiras, que desde seus oito anos de idade já sabia o que era trabalhar para ajudar a família. Ela acompanhava a mãe na colheita de manga e pinha e na fabricação de vassouras de licuri para vender.

Aos 20 anos, Maria, com o jegue carregado de frutas e vassoura, saía por esse mundo afora, se necessário de porta em porta, para vender sua mercadoria. Andava mais de 20 quilômetros por dia.



Maria de Lourdes Filha

Ela, junto à sua mãe, trabalhava para dar o que comer aos irmãos e parentes que, ao saberem o dia que elas retornavam da feira, aguardavam ansiosos, porque sabiam que elas trariam consigo o que comer e dividiam com os parentes. Era uma alegria só! Na mesma hora, faziam uma panelada e alimentavam todos que estivessem presentes.

Os anos passaram e Maria se aposentou, mas continua indo para feira, vendendo as mesmas coisas, agora de lotação e, assim, ajudando no sustento da família. Essa é a força da mulher indígena. Não importa quais são os obstáculos que tenha que enfrentar, sempre segue lutando.

Katerine Freire e Luciene Pankararu

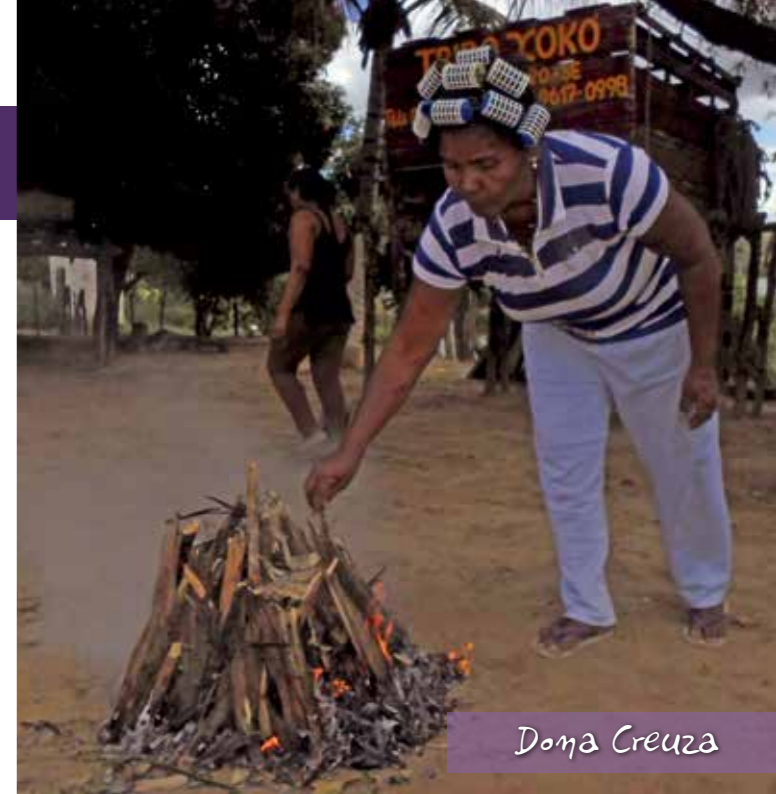


Gilvânia Pankararu

Cerâmica Xokó

O trabalho da cerâmica é uma atividade muito antiga do nosso povo. Dona Célia conta que a cerâmica, nos anos sessenta, era a nossa principal fonte de renda e que, mesmo trabalhando para os fazendeiros, as mulheres não deixaram de produzir a sua cerâmica.

Trabalhavam no plantio de arroz pelo dia e, à noite, produziam a cerâmica. Joseane Acácio explicou que, com o auxílio do coité, as louceiras vão dando forma às peças que são utilizadas no nosso dia-dia como pote, leiteiro, cuscuzeiro, fogão e as panelas, que são de



Dona Creuza

vários tipos - as de três bicos para feijoada ou feijão, as de quatro bicos pra cozinhar arroz, carne e macarrão.

O polimento é realizado com pedaço de madeiras para alisar. Depois são colocadas ao sol para secar e, pra finalizar, são queimadas no quintal e prontas para serem vendidas. Dona Dadinha contou que começou a fazer a cerâmica aos nove anos de idade apenas por prazer, desejo de fazer aquilo que a sua mãe fazia, como toda criança de sua idade, e não parou mais de fazer.

Quando a sua mãe veio a falecer, teve que fazer pra vender e ajudar no sustento da sua família.



Dona Dadinha

Edriene e Karine Xocó

Denunciar pode fazer toda diferença

1 Alienação Parental

Eu sofri muita violência com meu primeiro marido, o pai da minha filha.

Ele, aparentemente, mostrava ser um marido bom, mas todas as vezes que bebia me batia. E eu ficava calada, sofrendo para não separar, pois eu tinha uma filhinha. Mas, muitas das vezes, minha filhinha, quando via a gente brigando, ficava assustada, chorando muito e gritava.

Com o passar dos meses e anos, eu não aguentei mais e nos separamos. Eu fiquei com minha filhinha, com 01 aninho e pouco, fui morar com minha mãe. Minha mãe me ajudou e ajuda até hoje a criar minha filha. Depois de 05 anos de separação, ele pegava minha filha e levava para casa dele e não queria que a menina ficasse comigo. Ele falava mal de mim para minha filha e ela me contava tudo.

Quando eu saía com ela para passear, ele ia, pegava a menina e dizia que era o pai, e que só ele era quem mandava na criança.

Elas me orientaram e, logo em seguida, fui à delegacia mais próxima e procurei o Conselho Tutelar. Foi aí que consegui, com o promotor, a guarda da minha filha e hoje ele paga a pensão alimentícia dela. Hoje, estamos felizes pois tenho minha filha perto de mim, ela mora e estuda na aldeia, só fim de semana ela vai ficar com o pai. Depois que eu denunciei ele tudo ficou mais tranquilo. Com esse acordo na Justiça, hoje eu vivo feliz com minha filha e ele tem direito de pegar a criança, nos finais de semanas, porém ainda hoje quando ele pega minha filhinha, ele fala mal de mim pra ela, inventando mentiras.

Ligue 180

2

Depois que eu arrumei outra pessoa, ele ficou com muita raiva e não queria que a menina morasse comigo e com minha mãe. E aí foi outra briga que ele veio na minha porta me agredir, rasgou minha roupa e quis pegar minha menina à força e levar para a casa dele.

Foi graças a minha mãe, ao Projeto Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas e, primeiramente, a Deus que tomei a decisão e tive coragem de denunciar ele no Ligue 180.

3

Pensão Alimentícia

1 Alienação Parental:

A Alienação Parental acontece quando o pai, a mãe ou quem está criando a criança ou adolescente tenta, de forma abusiva, afastar o filho do relacionamento com o outro genitor e sua família. Ocorre quando um dos pais tenta, de várias formas, destruir ou impedir a relação da criança e do adolescente com o outro e sua família. Alienação Parental é crime e quem pratica pode responder com base na Lei n.º 12.318/10.

Os casos mais comuns de alienação parental estão associados a situações nas quais, deixando os pais de conviver, um deles, por vingança, mágoa, inconformismo com o fim do relacionamento, passa a se apegar excessivamente ao filho, passando a tratá-lo como objeto, um instrumento para agredir, atingir o ex-marido ou ex-esposa.

O genitor ou responsável pelo menor passa, então, a desqualificar o outro, desacreditando-o, desmoralizando-o perante o filho, inventando, muitas vezes, histórias para fazer com que a criança ou adolescente fique com raiva do outro genitor.

Exemplos de situações claras de Alienação Parental são dizer ao filho: “Seu pai atrasou o pagamento da pensão”, “Sua mãe não me deixou falar com você ontem”, “Seu pai não trouxe sua roupa”, “A nova namorada do seu pai não vale nada”, “Sua mãe fica levando qualquer um para casa”, “Seu pai não gosta de você, deixou de vir te ver ontem”, etc. Tanto o pai quanto a mãe podem cometer este crime.

O filho, ouvindo tudo isso, passa a se envolver em problemas que não lhe dizem respeito, a acreditar em tudo que lhe é contado e passa a se afastar do outro genitor.

Agir dessa forma é crime e pode trazer graves consequências psicológicas que seu filho levará por toda a vida. Por isso, é importante você ficar alerta para não agir desta forma e, em caso de estar passando por esta situação, procurar conversar com o outro genitor para juntos resolverem a situação, ou buscar ajuda no Conselho Tutelar ou Defensoria Pública e, assim, ter acesso à orientação jurídica e psicológica, pois a maior vítima é o seu filho.

2 Ligue 180

Ligue 180 é a Central de Atendimento à Mulher, um serviço da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Um espaço com mulheres treinadas para te atender e te passar as orientações que você precisa. Um espaço onde mulheres estão para te ouvir e orientar. Você pode ligar de qualquer telefone fixo, orelhão ou celular. A ligação é gratuita, o atendimento é 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados. Qualquer pessoa pode ligar e relatar casos de violência contra a mulher, então você pode ligar e ajudar sua parente a sair desta situação de violência.

3 Pensão Alimentícia

A pensão alimentícia consiste no pagamento mensal de valor suficiente para atender aos gastos com alimentação, escola, roupas, tratamento de saúde, medicamentos, lazer e a outros que forem necessários ao seu filho.

Se você quer dar entrada no pedido de Pensão, deve ir à Defensoria Pública mais próxima de sua aldeia com os seguintes documentos:

- Certidão de nascimento da criança ou adolescente;
- Seu RG, CPF e comprovante de residência (conta de luz, água, celular, cartão). Se você não tiver comprovante de residência, peça uma declaração na Funai;
- Leve anotado o endereço residencial e/ou comercial do pai da criança.

Se o pai não registrou seu filho, será necessário entrar com uma ação chamada Investigação de Paternidade, que tem por objetivo apurar se a pessoa que se negou a registrar é realmente o pai da criança. Esse pedido você pode fazer também na Defensoria Pública. Hoje em dia é realizado exame de DNA que dá a certeza científica da paternidade. É possível pedir, nesta mesma ação, que o juiz fixe a Pensão Alimentícia.

Não existe um valor predefinido para Pensão. O juiz determina o valor, levando em consideração não só a necessidade de quem irá receber a pensão, mas também as condições de quem irá pagar. É preciso demonstrar quais são as despesas necessárias para o sustento de seu filho e quanto ganha o pai da criança. É importante que, quando for procurar a Defensoria, você leve anotado as despesas que tem com a criança e que você busque provas de quanto ganha o pai da criança. Por exemplo, procurar alguém que trabalha na mesma função e pegar cópia do contra-cheque.

Se já existe a fixação de pensão e o pai da criança não está pagando, é preciso entrar com uma Ação de Cobrança de Pensão Alimentícia (Ação de Execução de Alimentos), ou seja, uma ação de execução de alimentos para cobrar as pensões atrasadas. Isso também pode ser feito na Defensoria Pública. O defensor público entrará com o pedido de cobrança na Justiça e o juiz mandará o pai devedor pagar a pensão em até três dias, ou justificar porquê não a pagou. O juiz pode, então, chamar as partes para negociar o pagamento das pensões atrasadas, ou já determinar que o devedor pague sua dívida. Se ele não pagar a pensão, o defensor público

pede ao juiz a prisão do devedor, neste caso, são cobradas as últimas três pensões não pagas. Se tiverem mais de três pensões não pagas, o juiz pedirá a penhora dos bens do pai devedor, ou seja, a apreensão dos bens - caso existam - para posterior venda e pagamento da dívida alimentar. Por isso, minha parente, é bom não deixar acumular as pensões. Cobre logo seu direito! O pai da criança poderá ficar o máximo de 90 dias preso, podendo sair antes disso se pagar a pensão devida ou se vocês fizerem acordo.

O fato do pai da criança estar desempregado não justifica a falta de pagamento da pensão. O que pode ser feito nesse caso é uma Ação Revisional de Alimentos, que é o meio utilizado sempre que há necessidade de uma revisão no valor da pensão. Ou seja, sempre que o pai tiver perdido o emprego ou tenha sido admitido em um emprego onde ganhe mais pode ser solicitado que a pensão seja revisada pelo juiz. Essa ação também pode ser feita por meio da Defensoria Pública.

A Pensão Alimentícia não é devida apenas para os filhos, mas caso você, mulher que tenha sido casada no papel ou tenha apenas morado junto (união estável), comprove dependência econômica e a necessidade de alimentos para prover o próprio sustento, pode pleitear Pensão Alimentícia. Você precisará demonstrar que o seu ex-marido tem condições de arcar com a pensão. A lei também permite que mulheres grávidas que não moram com o pai de seu filho também cobrem pensão, chamada de Pensão Gravidícia, para se manter durante a gestação, pagar exames, medicamentos, enxoval da criança e o parto.

A Defensoria Pública atua junto com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com as áreas de segurança pública, para ajudar a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela deve garantir que toda mulher em situação de violência doméstica e familiar tenha o devido acesso aos seus serviços. Para tanto, foram criados os Núcleos ou Defensorias da Mulher para defender as mulheres em situação de violência (em qualquer uma de suas modalidades - violência doméstica, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc.) e de vulnerabilidade social.

(Fonte: site da SPM-PR)

As Mulheres "Pãe"

Na organização social do Povo Tupinambá, a mulher sempre teve um papel importante. Com a invasão de nosso Território, nossa cultura foi contaminada pelo egoísmo do mundo branco e passamos a ser consideradas como inferiores. Com a "civilização" veio o machismo. Muitas mulheres Tupinambá hoje criam seus filhos sozinhas. Mulheres guerreiras, são mães e pais ao mesmo tempo, são "Pães", que querem dar uma vida melhor para seus filhos.

Meu nome é Suely, tenho 36 anos e seis filhos. Criar meus filhos sozinha é ruim. Não tive ajuda dos pais de nenhum deles. Eu sempre fui o pai

e a mãe deles. Quando eu saía para trabalhar era minha mãe que tomava conta, porque não tinha o pai para trabalhar e colocar despesa dentro de casa, então, eu tinha que trabalhar. Trabalhei grávida com um barrigão de nove meses, na diária, no sol quente, na enxada capinando. Quando me deu a dor de ganhar neném, estava no rio pescando peixe para comer, porque não tinha outra coisa. Farinha não tinha porque lá não dava mandioca. Aí a gente tinha que ficar pedindo um litro de farinha para dar para os meus filhos e os de mãe que também eram pequenos. Tudo era nós duas juntas. O dinheirinho que a gente pegava, ia para Ilhéus fazer uma feirinha de quinze em quinze dias, sempre aguentando. Até arrumar trabalho era difícil. Sempre deixava de comprar para mim para poder comprar para eles. A gente ganhava roupa usada. E chegou um ponto de não ter nada para comer. Não tinha condições de eu sair porque eu ganhei menino e não tinha como eu ir trabalhar, aí ficava com fome. Só mãe trabalhando *pros* delas e *pros* meus. Porque eu estava de resguardo e todo mundo morava junto. Os meninos, às vezes, não saíam porque não tinham sandália. Não tinha escola por perto. A região era perigosa. Daí os meninos foram crescendo sem estudar. Se tivesse um pai, ele fazia uma parte e eu fazia outra. E ainda o povo falava: –Cadê o pai desses meninos? Só prestou pra fazer?

Suely Tupinambá



Suely Tupinambá e seus filhos moram na Aldeia Itapuã

Meu nome é Célia, tenho 38 anos e cinco filhos. Estou criando os cinco sozinha, com muita dificuldade. Teve dia de não ter nada para comer. Hoje, ainda sinto dificuldade para terminar de criar meus filhos, mas em comparação pelo que já passei, hoje eu vivo melhor. Quero dar uma vida melhor para os meus filhos.

Célia Tupinambá (Jurema)



Nildes Tupinambá

Eu sou Nildes e tenho quatro filhos. Criar os filhos sozinha é muito ruim. Antigamente, pensava em abandonar meus filhos, cheguei a *deixar eles* na casa da minha irmã... Um dia de manhã, tomando café, pensei: eu estou comendo, será que meus filhos também estão? Aí fui buscá-los. Desse dia para cá, nunca mais me separei deles. Hoje corro mesmo e graças a Deus, não falta nada não. Receber o benefício do Bolsa-Família já ajuda. Eu me sinto bem só de saber que eles estão do meu lado e, não faltando nada, me sinto ainda melhor.

Nildes Tupinambá

Se você está sofrendo violência, veja como se proteger e procurar ajuda!

Identifique um ou mais parentes que morem perto de você a quem você possa contar sobre a violência. Peça para que ajudem se ouvirem brigas em sua casa.

Se a briga for inevitável, certifique-se de estar em um lugar onde possa fugir e que não haja armas no local.

Planeje como fugir de casa em segurança e o lugar para onde você poderia ir nesse caso. Se puder, vá logo à delegacia mais próxima e peça proteção.

Se você fugir ou sair de casa, procure apoio de um amigo que respeite sua dor, não te recrimine e possa lhe acompanhar e ajudar a ir a uma delegacia para registrar o crime.

Faça um pacote com cópias de seus documentos e os de seus filhos, dinheiro, roupas e cópia da chave de sua casa em um lugar escondido para o caso de ter de fugir rapidamente.

Se tiver um vizinho de confiança, combine um código de comunicação para situações de emergência. Por exemplo: "Se eu balançar o maracá, é um sinal de socorro".

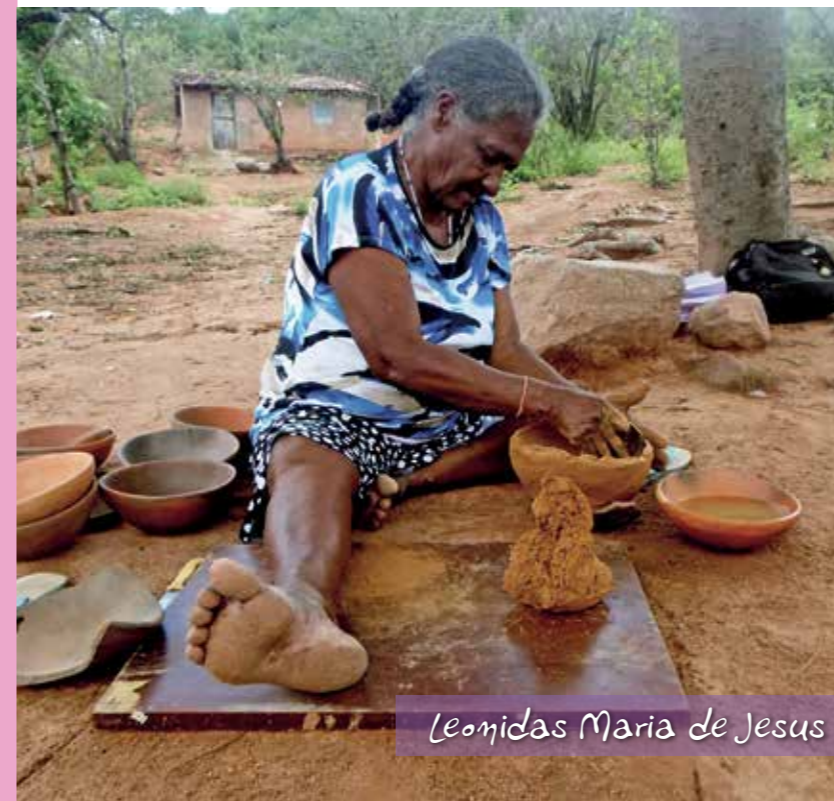
Nunca brigue na cozinha ou em local em que haja armas ou facas.

Ligue 180!



Cerâmica Pankararu

Leonidas começou a trabalhar com o barro observando outras pessoas fazerem as cerâmicas utilizadas na comunidade. A partir daí, ela se interessou, aprendeu e vem fazendo pratos, potes, panelas ou outros utensílios que encomendam para ela. Sua produção é seu sustento. Já Regina Maria dos Santos - conhecida como filha de Zé Luzia - faz esta arte só por prazer. O que mais ela faz é cachimbos.



Leonidas Maria de Jesus



Desde antigamente o trabalho com barro faz parte de nossa realidade e está presente em nosso povo. Antes, essa atividade era mais forte do que hoje. Temos artesãs que fazem pratos, panelas, potes, copos, cachimbos, etc. Não é com qualquer barro que é feita a fabricação dos artesanatos. Ele é retirado de alguns lugares especiais aqui dentro da aldeia. Nós, Pankararu, preferimos a alimentação nos pratos de barro, porque a comida fica mais saborosa, principalmente se for feita à lenha e nas panelas de barro. Em nossos rituais, os pratos de barro estão bem presentes.

Katerine Freire e Luciene Pankararu

A Mulher Xokó na Retomada

No mês de setembro do ano de 1978, teve início a primeira retomada pela Ilha de São Pedro e a participação das mulheres foi muito importante, muito além de cozinhar, lavar e cuidar dos filhos, a missão das mulheres era vigiar os jagunços dos fazendeiros e assim evitar qualquer violência, inclusive as balas.

Na retomada, a comunidade morava embaixo dos pés de árvores; e, apesar de todo sofrimento, as mulheres sempre mantinham a fé. Todos viviam bastante assustados diante de tudo o que estava acontecendo, até mesmo com medo da polícia aparecer, mesmo assim, elas cantavam: “Se a polícia vier, o que é que nós faz? Morre *tudo* na bala e ninguém sai”.

A história da mulher Xokó na retomada foi de muita luta e resistência e hoje todas só queremos contar, cantar e registrar para nossos filhos e netos, para que eles não se esqueçam de tudo o que vivemos.

Edriane Xokó



Edriane e Karine, índias da Aldeia Xokó

Sonhar

Lucília - Sonho com uma casa de farinha comunitária para que todas as mulheres possam fazer beiju e tapioca para o sustento. Sonho com oportunidades melhores para nós, mulheres.

Idalina - Sonho com uma horta onde possa ter minha plantação, com feijão, mandioca, quiabo... Sonho que acabe a violência contra as mulheres.

Lorena - Nós brigamos, exigimos e ganhamos, perante a lei, direito iguais. Sonho que nós, mulheres, tenhamos, de fato, direitos iguais aos homens.

Luciana - Meu sonho é construir minha casa e que meus parentes também possam construir suas casas. Sonho com nossa comunidade unida.

Entrevistas por Célia Tupinambá (Jurema)



Dona Idalina Tupinambá



Luciane Tupinambá da Aldeia Itapuã



Gisele e seus filhos da Aldeia Itapuã

Eu sou pelas **Mulheres Indígenas**



Há muito tempo os povos indígenas vêm sendo calados. Há muito tempo as mulheres vêm sendo caladas. Ser PELAS MULHERES INDÍGENAS é ser a favor de um mundo justo, amoroso, harmônico e respeitoso.

PELAS MULHERES INDÍGENAS é uma rede multiétnica e pluricultural que busca qualidade para a vida das mulheres indígenas, começando pelo Nordeste e pela formação de Agentes Multiplicadoras de Transformação Social.

Você também pode participar desta rede, já que ela tem um portal aberto a todos:

www.mulheresindigenas.org. Este site funciona como uma Comunidade Colaborativa de Aprendizagem, promovendo a partilha de sentimentos, experiências e saberes. A rede, através de ações na internet e nas comunidades indígenas, fortalece as potências das mulheres indígenas para transformar nosso mundo em felicidade para todos.

O projeto da construção desta rede foi idealizado pela ONG Thydêwá e conta com o protagonismo das indígenas para seu redesenho e com a parceria da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República e da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia; e o apoio da rede de Pontos de Cultura Indígena do Nordeste e o Pontão Esperança da Terra, iniciativas apoiadas pelo Ministério da Cultura.

Campanha Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas:

Publique sua foto com nosso livro no link: www.mulheresindigenas.org/campanha-livro